

1 ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS INSTITUCIONAL  
2 (CTI), DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTO (CTPI) E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (CTEA) DO  
3 CEIVAP DE 2006, REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2006, EM RESENDE-RJ. Aos vinte e  
4 dois dias do mês de novembro de 2006, na sede da AGEVAP, em Resende-RJ, com a presença de 9 (nove)  
5 membros da CTI, 12 (doze) membros da CTPI e 8 (oito) membros da CTEA, além da presença de 2 (dois)  
6 convidados (conforme relação no final desta Ata), foi iniciada a reunião presidida pelo coordenador da Câmara  
7 Técnica de Planejamento e Investimento, Sr. Paulo Valverde (representante da CESAMA/MG), com a seguinte  
8 pauta: 1- Aprovação da Ata da reunião anterior (de 19/10/06); 2- Orçamento 2007; 3- 6º Termo Aditivo ao  
9 Contrato de Gestão ANA-AGEVAP; 4- Minuta da Deliberação de Formação do Grupo de Trabalho das  
10 Macrófitas; 5- Manual de Investimentos; 6- Manual de Mecanismo Diferenciado; 7- Remanejamento dos  
11 recursos da cobrança referentes ao exercício de 2003 para o município de Jacareí/SP; 8- Prorrogação do prazo  
12 de início de certificação de metas do contrato nº 032/ANA/2004-PRODES-DEMSUR-ETE Dornelas; 9-  
13 Elaboração de critérios para indicação de representantes da Oficina de Planejamento Estratégico; 10- Assuntos  
14 gerais. Iniciando os trabalhos, o Sr. Paulo Valverde submeteu a Ata da Reunião conjunta das Câmaras Técnicas,  
15 de 19/10/06, à aprovação dos membros presentes. Foi solicitada correção, na relação de presença, do nome do  
16 representante do DEMSUR, de Muriaé/MG, que é o Sr. **João Paulo Goulart de Freitas**; e não Jorge Luiz  
17 Ávila, como consta na ata. Solicitou-se, também, que fosse melhorada a redação das linhas 44 e 45, dessa  
18 forma: “No final do Parágrafo único do Art. 4º, foi acrescentado: **no exercício anterior**, ficando assim a  
19 redação desse parágrafo: No caso em que forem propostas, no mesmo exercício, ações visando ao pagamento  
20 diferenciado de que tratam os artigos 2º e 3º desta Deliberação, aquele referente à captação e ao consumo fica  
21 limitado a um percentual de 5% do montante arrecadado **no exercício anterior**”. A Sra. Ninon Machado  
22 (Instituto Ipanema/RJ) referiu-se a uma manifestação da representante do Ipanema, na reunião anterior das  
23 Câmaras Técnicas, Sra. Tatiana Vils, sobre o Programa Produtor de Água, apresentado pelo representante da  
24 Agência Nacional de Águas, que não consta da Ata. O Sr. Paulo Valverde esclareceu que o referido Programa  
25 não foi apreciado naquela reunião, pois as Câmaras Técnicas entenderam que era preciso mais tempo para  
26 estudá-lo melhor, antes de encaminhá-lo para o plenário do CEIVAP. A Sra. Eliane Barbosa, Diretora da  
27 AGEVAP, justificou a não inclusão do Programa Produtor de Água na pauta da reunião de hoje, dizendo que,  
28 por se tratar de um programa que requer investimento, a orientação da AGEVAP é que seja encaminhado, na  
29 época da hierarquização de projetos, para pleito de recursos da cobrança pelo uso da água. No entanto,  
30 considerando que as CTs recomendaram que o Programa fosse melhor estudado, antes de ser submetido à  
31 apreciação do Plenário do CEIVAP, a diretora da AGEVAP propôs que fosse formado um Grupo de Trabalho  
32 do Programa do Produtor de Água. A Sra. Ninon Machado informou que o Grupo de Trabalho Águas e  
33 Florestas, por ela coordenado, criado no âmbito da Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL, do Conselho  
34 Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, está trabalhando a questão, com foco nos serviços ambientais que  
35 podem decorrer da gestão integrada dos recursos hídricos e florestais, especialmente a questão da proteção dos  
36 mananciais e da recuperação de áreas degradadas, o que tem tudo a ver com o Programa do Produtor de Águas,  
37 proposto pela Agência Nacional de Águas – ANA para ser implementado na bacia do rio Paraíba do Sul. A Sra.  
38 Ninon Machado declarou o seu apoio, enquanto coordenadora do GT Águas e Florestas, ao Programa do  
39 Produtor de Águas e à implementação de um projeto piloto em São Paulo, outro no Rio de Janeiro e outro em  
40 Minas Gerais, que possam ser projetos referência para o GT Água e Floresta. A representante do Instituto  
41 Ipanema salientou a importância do princípio que norteia o Programa do Produtor de Água, que é o princípio  
42 provedor-recebedor (baseado no incentivo financeiro ao produtor de água), considerado mais eficaz no controle  
43 da degradação ambiental da bacia do que o princípio usuário-pagador ou poluidor-pagador. A Sra. Eliane  
44 Barbosa informou que o tema águas e florestas, assim como o problema da proliferação de macrófitas, deve ser  
45 incluído no Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul; e que a AGEVAP já está preparando o  
46 termo de referência para contratar o trabalho da COOPETEC para incluir o tema águas e florestas no Plano. A  
47 Diretora da AGEVAP disse, também, que o CEIVAP pretende continuar a participar do Projeto Águas e  
48 Florestas em parceria com a SOS Mata Atlântica e a WWF Brasil. A Sra. Ninon Machado solicitou que a  
49 AGEVAP faça um documento a ser encaminhado ao Grupo de Trabalho Águas e Florestas, da CTIL/CNRH, aos  
50 cuidados do Sr. Luiz Cláudio Figueiredo, da Secretaria do CNRH, comunicando a intenção do CEIVAP de  
51 incluir esse tema no PRH-PS; e dando conhecimento da existência do Programa de Incentivo ao Produtor de  
52 Água e do interesse do CEIVAP em contribuir para a sua implementação, como também em colaborar com os  
53 trabalhos do GT Águas e Florestas oferecendo os subsídios decorrentes desse Programa. Ela propôs que o  
54 documento fosse apresentado na reunião do CNRH, marcada para o próximo dia 27 de novembro. Em seguida,  
55 passou-se a palavra ao Sr. Hendrik Mansur, Coordenador de Gestão da AGEVAP, para apresentar o item  
56 constante da pauta da reunião, relativo ao 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão ANA-AGEVAP. Ele  
57 explicou que será necessário fazer o 6º Termo Aditivo, em função de um orçamento da ANA que ainda não foi  
58 repassado para a AGEVAP. A Diretora da AGEVAP esclareceu que o 6º Termo Aditivo vai alterar apenas a  
59 fonte e valor a ser repassado. Sobre esse assunto, o Sr. João Carlos Rodrigues (FEMSA e CIESP/SP) propôs

60 que, se a alteração expressa no 6º Termo Aditivo for apenas relativa à fonte e ao valor do repasse, as Câmaras  
61 Técnicas não precisam ser consultadas; devendo ser feita a consulta caso haja alguma outra alteração. A  
62 proposta do Sr. João Carlos Rodrigues foi acatada. Na seqüência, o Sr. Renan Caratti (Prefeitura Municipal de  
63 Jacareí/SP) apresentou as justificativas para a solicitação, ao CEIVAP, de remanejamento dos recursos da  
64 cobrança referentes ao exercício de 2003 para o município de Jacareí/SP. Ele explicou que, em 2003, o  
65 município de Jacareí foi contemplado com R\$ 1.295.750,00, recurso oriundo da cobrança pelo uso da água, para  
66 instalação do sistema Estação de Tratamento de Esgoto – ETE São Silvestre. Segundo informações do  
67 Secretário Municipal de Meio Ambiente de Jacareí, gastou-se apenas R\$ 807.299,00, porque o projeto original  
68 foi alterado, eliminando-se a instalação de uma estação elevatória de esgoto, o que reduziu o seu custo total,  
69 ficando, portanto, um saldo de R\$ 488.451,00. Computando os rendimentos da aplicação desse recurso, o saldo  
70 remanescente, hoje, é algo em torno de R\$ 700.000,00, dinheiro que não pode voltar para o CEIVAP nem para a  
71 ANA. Se Jacareí não utilizar, ele vai para o Tesouro Nacional, conforme explicou o Sr. Renan Caratti. Então, o  
72 SAAE de Jacareí está solicitando ao CEIVAP a aprovação para a inclusão de novo elenco adicional de obras,  
73 que consiste na implantação do sistema de esgotos sanitários do bairro Conjunto 22 de Abril, objetivando zerar  
74 o saldo ainda existente. O novo projeto inclui rede coletora, estações elevatórias de esgotos; linhas de recalque e  
75 emissário de efluente tratado, no valor total de R\$ 1.607.225,86. A diferença desse orçamento para o saldo  
76 financeiro existente será arcada pelo município de Jacareí, através do SAAE. A Sra. Ninon Machado fez alguns  
77 questionamentos ao Sr. Renan Caratti, com relação à adequação do projeto ao Plano Diretor do município de  
78 Jacareí e sobre a realização de estudos de impactos ambientais do empreendimento. A representante do Ipanema  
79 posicionou-se a favor de que todos os projetos de saneamento que pleiteiam recursos do CEIVAP, devem  
80 explicitar as metas a serem atingidas e os respectivos indicadores para aferição. As Câmaras Técnicas decidiram  
81 aprovar que a solicitação do SAAE de Jacareí seja encaminhada para apreciação do CEIVAP, na forma  
82 apresentada. Em seguida, a Sra. Maria Aparecida Muruci Monteiro, arquiteta, apresentou a solicitação do  
83 Departamento Municipal de Saneamento Urbano - DEMSUR, da Prefeitura de Muriaé (MG), de prorrogação,  
84 por mais 12 meses, do prazo de início de certificação de metas do contrato nº 032/ANA/2004-PRODES-  
85 DEMSUR-ETE Dornelas, previsto para 31 de dezembro de 2006. Solicitação esta que foi encaminhada à  
86 Agência Nacional de Águas, a quem compete analisar o pedido de prorrogação de prazo, já que o contrato em  
87 questão foi assinado diretamente com a ANA, por ter sido anterior à instalação da AGEVAP. A representante do  
88 DEMSUR justificou a solicitação, explicando que a obra não foi realizada até agora, porque o projeto original  
89 precisou sofrer alterações devido às dificuldades surgidas para desapropriar o terreno onde a ETE seria  
90 construída originalmente. A alternativa encontrada foi instalar essa ETE ao lado da ETE José Cirilo e construir  
91 um emissário que levará todo o esgoto do sistema Dornelas para este local. A técnica do DEMSUR explicou que  
92 a população beneficiada e o abatimento de carga orgânica continuarão os mesmos previstos no projeto original.  
93 A representante do DEMSUR informou que Muriaé já trata 28% do esgoto; com a ETE Dornelas, esse  
94 percentual aumentará para 35%. Ela comunicou que a ANA já respondeu à solicitação do DEMSUR,  
95 condicionando a autorização para prorrogação do prazo de início de certificação de metas, à aprovação da  
96 alteração do projeto original pelo CEIVAP e pela FEAM. A Sra. Eliane Barbosa sugeriu que seja feito um  
97 Termo Aditivo ao contrato, com as alterações que forem necessárias. A Sra. Patrícia Boson (FIEMG) ressaltou  
98 que no caso em questão, não se trata apenas de autorizar alteração de prazo, mas também alteração de projeto.  
99 Ela cobrou da AGEVAP o procedimento de preparar parecer técnico sobre esses processos de solicitação de  
100 alterações nos contratos de repasse de recursos da cobrança, para embasar as discussões das Câmaras Técnicas.  
101 A representante da FIEMG enfatizou que os projetos e suas alterações devem estar de acordo com o Plano  
102 Diretor dos municípios, os quais, por sua vez, devem estar de acordo com o Plano de Recursos Hídricos da  
103 Bacia. A Sra. Eliane Barbosa justificou o fato de a AGEVAP não ter preparado um parecer sobre as solicitações  
104 de alteração de projetos apresentadas nessa reunião, alegando que esses contratos foram assinados em 2003,  
105 antes da instalação da Agência, quando os recursos da cobrança eram repassados direto da ANA para os  
106 municípios, através da Caixa Econômica Federal. A diretora da AGEVAP disse que a diretoria da Agência foi  
107 excluída dessa discussão, não tendo sido consultada, em nenhum momento, sobre as solicitações de alteração  
108 dos contratos do SAAE de Jacareí e do DEMSUR de Muriaé. Ela afirmou, ainda, que a AGEVAP não tinha  
109 conhecimento dos contratos de 2003, por isso não teve condição de subsidiar tecnicamente as Câmaras Técnicas  
110 sobre o assunto.

111 As Câmaras Técnicas aprovaram o encaminhamento do pleito do DEMSUR para a anuência do CEIVAP, com a  
112 observação de que as CTs analisaram a solicitação de alteração do projeto da ETE Dornelas na estrita razão de  
113 sua competência. A Sra. Vera Teixeira (ong Nosso Vale!Nossa Vida!/RJ) propôs que seja substituído o  
114 coordenador da CT Institucional, Sr. André Luís Marques, por não comparecimento às reuniões; sugere que seu  
115 substituto seja escolhido entre os representantes do estado de São Paulo, já que a coordenação das três CTs deve  
116 ser distribuída entre os três estados; e Minas Gerais está com a coordenação da CT de Planejamento e  
117 Investimento; e Rio de Janeiro, com a da CT de Educação Ambiental. A Sra. Patrícia Boson convidou para o  
118 lançamento do livro “A Gestão dos Recursos Hídricos e a Mineração”, por ela organizado, a se realizar no dia

119 28 de novembro, na sede da ANA, em Brasília. O lançamento é uma promoção conjunta da ANA e do Instituto  
120 Brasileiro de Mineração – IBRAM, e contará com palestra do Diretor executivo da Companhia Vale do Rio  
121 Doce, Tito Botelho Martins. A Sra. Eliane Barbosa informou que já se encontra disponível no acervo do  
122 CEIVAP/AGEVAP o DVD com o programa gravado para o Globo Ecologia, da TV Globo – “Caminho das  
123 águas – série Bacias Hidrográficas: Paraíba do Sul, Piracicaba, Capivari e Jundiá; Doce e São Francisco”. A  
124 Diretora da AGEVAP solicitou aos membros que colaborem com o trabalho que a AGEVAP está fazendo, de  
125 recadastramento dos membros de todos os colegiados que integram o CEIVAP e a AGEVAP, preenchendo com  
126 seus dados o formulário distribuído. Dando continuidade à pauta da reunião, o Sr. Hendrik Mansur,  
127 Coordenador de Gestão da AGEVAP, apresentou, para apreciação dos membros, o Orçamento CEIVAP  
128 /AGEVAP para o exercício 2007. A previsão de receita é de R\$ 13.500.000,00, que serão aplicados assim:  
129 Implantação e operação da Agência – 7,5% - R\$ 1.012.500,00; Ações prioritárias do contrato de gestão – 15% -  
130 R\$ 2.025.000,00; Ações de gestão – 7% - R\$ 945.000,00; Ações de planejamento – 10% - R\$ 1.350.000,00; e  
131 Ações estruturais – 60,5% - R\$ 8.167.500,00. O Coordenador de Gestão explicou que o orçamento é feito em  
132 cima da previsão de arrecadação que é informada pela ANA, a partir dos boletos emitidos para os usuários. A  
133 arrecadação real tem ficado em torno de 50% do previsto. Com relação ao orçamento de 2006, o Sr. Hendrik  
134 informou que os projetos não contemplados com recursos deste ano, e que estão hierarquizados no limite de R\$  
135 12.000.000,00 - arrecadação prevista para 2006 –, serão priorizados na hierarquização de 2007, conforme está  
136 disposto na Deliberação nº 60 do CEIVAP, de 18/04/06. Diante dessa informação, a Sra. Vera Lúcia Teixeira  
137 propõe que se hierarquize considerando o valor correspondente a 50% da arrecadação prevista; e se entrar mais  
138 que os 50%, o CEIVAP volta a se reunir para hierarquizar sobre a diferença. Também sobre o processo de  
139 hierarquização dos projetos, a Sra. Fátima Casarin (Consórcio BNG-2/RJ) defende que, para os próximos anos,  
140 se delibere que os projetos hierarquizados e não contemplados por insuficiência de recursos, não podem  
141 automaticamente passar para o ano seguinte, devendo ser feita nova hierarquização. Sobre os percentuais  
142 definidos para cada item orçamentário, a Sra. Ninon Machado questionou o percentual destinado a ações  
143 estruturais. A Diretora da AGEVAP justificou, alegando que, embora a comunicação, mobilização, educação  
144 ambiental e capacitação técnica (ações de gestão), sejam da maior importância, são as ações estruturais que dão  
145 credibilidade ao sistema de gestão em curso na bacia. Ela argumentou, ainda, que são as ações estruturais que  
146 mostram resultados; que apresentam, com mais velocidade, melhoria na qualidade da água da bacia; são essas  
147 ações que têm maior visibilidade e, por isso, têm mais peso politicamente, também. A Sra. Eliane Barbosa  
148 concordou com a Sra. Ninon Machado quanto à insuficiência do dinheiro da cobrança para custear as ações  
149 estruturais necessárias para a recuperação da bacia; ele é um alavancador de outros recursos; deve ser usado  
150 como contrapartida de financiamentos maiores. A representante do Ipanema sugere duas fontes de  
151 financiamento onde o CEIVAP pode buscar recursos, utilizando o dinheiro da cobrança como contrapartida: o  
152 Ministério das Cidades e o PróÁgua, do Ministério do Meio Ambiente. A Sra. Eliane Barbosa relatou que a  
153 AGEVAP tem trabalhado no sentido de identificar e buscar outras fontes de recursos. Discorrendo, ainda, sobre  
154 a questão do aumento da arrecadação, para fazer frente às necessidades de investimento na bacia, ela disse que a  
155 AGEVAP tem agido, também, no sentido de ampliar o cadastro dos usuários da bacia, solicitando à ANA a  
156 atualização do seu cadastro e propondo parceria com a FIRJAN, FIEMG e FIESP para completar o cadastro dos  
157 usuários do setor da indústria nos três estados. A Diretora da AGEVAP considera que, embora a Agência não  
158 tenha poder de polícia para coibir a inadimplência, no entanto, ela pode desenvolver um trabalho junto aos  
159 inadimplentes para saber porque não estão pagando e, a partir desse contato, ver o que se pode fazer para  
160 diminuir a inadimplência. Ela informou, ainda, que a AGEVAP vai assinar um convênio com a FUNASA; e  
161 está promovendo, junto com a ANA, cursos de capacitação para elaboração de projetos e captação de recursos,  
162 tendo realizado o primeiro em Volta Redonda (RJ), no mês de novembro, e já tendo programado mais seis  
163 cursos para o próximo ano, sendo um em Juiz de Fora (MG), no mês de janeiro; e outro em Guaratinguetá (SP),  
164 em março. Quanto aos percentuais definidos para cada item orçamentário, em 2007, o Sr. Flávio Teixeira da  
165 Silva (Faculdade de Engenharia de Lorena/SP) defende que se aumente o percentual para ações de gestão,  
166 argumentando que a educação ambiental e a pesquisa em recursos hídricos interferem diretamente na redução da  
167 poluição e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade da água. A Sra. Vera Lúcia Teixeira propõe que se  
168 diminua o percentual de recursos destinados a ações estruturais para 50,50%, aumentando para 15% o  
169 percentual de ações de planejamento e para 12% o de ações de gestão. O Sr. João Rodrigues (FEMSA/SP) e a  
170 Sra. Fátima Casarin apresentaram proposta de redução do percentual do item Ações prioritárias não estruturais  
171 do Contrato de Gestão e aumento do percentual do item Ações de gestão. O Sr. Hendrik Mansur justificou o  
172 percentual de 15% que a AGEVAP definiu para Ações prioritárias do Contrato de Gestão, alegando que nesse  
173 item estão incluídas também ações de gestão e não apenas administrativas; como por exemplo: ações de  
174 comunicação implementadas pela AGEVAP; a Campanha de Conscientização para o Uso Racional da Água que  
175 está sendo implantada em quatro municípios da bacia; e o Planejamento estratégico CEIVAP/AGEVAP que será  
176 realizado no início do próximo ano. A favor da manutenção do percentual para Ações não prioritárias do  
177 Contrato de Gestão, a Diretora da AGEVAP argumentou que a inclusão desse item foi a forma encontrada para

178 garantir a sobrevivência da Agência, pois os 7,5% dispostos em lei são insuficientes. O Sr. João Rodrigues  
179 retirou sua proposta de alteração dos percentuais, com a condição de que seja assumido o compromisso de  
180 reduzir o percentual do item Ações prioritárias não estruturais do Contrato de Gestão, à medida que aumentar a  
181 base arrecadatória, até zerar. A Sra. Maria Aparecida Pimentel Vargas (CAT-LEO e CFLCL/MG) manifestou  
182 sua preocupação com a redução desse percentual que, conforme ela sublinhou, é destinado ao cumprimento de  
183 ações previstas no Contrato de Gestão. O seu parecer é que, se o percentual for reduzido, não será possível  
184 atender todas as demandas do Contrato de Gestão. A Sra. Aparecida Vargas lembrou que esse percentual foi  
185 definido pelas próprias Câmaras Técnicas, em uma reunião realizada em 2004, em Juiz de Fora. Quanto ao item  
186 da pauta referente ao Manual de Investimentos, a Sra. Eliane Barbosa comunicou a decisão da AGEVAP, com a  
187 anuência da Secretária Executiva do CEIVAP, de não apresentar o Manual de Investimento de 2007, para  
188 apreciação do CEIVAP na próxima reunião plenária, marcada para dezembro, pelos seguintes motivos: 1-Os  
189 novos mecanismos de cobrança aprovados pelo CEIVAP, para vigorar a partir de janeiro de 2007, ainda não  
190 foram aprovados pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH; 2- O Plano de Recursos Hídricos da  
191 Bacia do Rio Paraíba do Sul (no qual deve se basear o Plano de Investimentos) está sendo revisado, e só vai  
192 ficar pronto em janeiro; 3- Grande parte dos recursos de 2007 já estão comprometidos com os projetos  
193 hierarquizados em 2006 e não contemplados, porque em 2006 arrecadou-se 50% do que estava previsto; 4-  
194 Antes de se definir o Plano de Investimento para 2007, a AGEVAP precisa saber se, no caso dos recursos  
195 arrecadados com as ações contempladas com o mecanismo diferenciado, os 7,5% destinados para a operação da  
196 Agência serão calculados sobre o valor integral, ou sobre o valor deduzido o que o usuário investiu em ações  
197 para melhoria da água, com recursos próprios; a AGEVAP já consultou a ANA sobre isso e está aguardando a  
198 resposta. Por conta do que foi exposto, o Manual de Investimento de 2007 e o Manual de Mecanismo  
199 Diferenciado deverão ser apresentados somente em março de 2007. O Sr. João Rodrigues manifestou sua  
200 posição sobre a questão do pagamento pelo uso da água em juízo, por parte de dois usuários, a CSN e a CEMIG,  
201 ressaltando que esse assunto precisa ser resolvido. Segundo o representante da FEMSA-CIESP, o sentimento  
202 geral dos usuários é de que essa questão está sendo mal conduzida; como também a não aplicação de sanções  
203 cabíveis nos casos de inadimplência. Ele concluiu sua fala dizendo que fica o sentimento de que não vale a pena  
204 fazer a coisa certa, já que quem não faz a coisa certa não é punido. Esse posicionamento foi endossado pela Sra.  
205 Patrícia Boson, que reivindicou que seja tomada a iniciativa de se implementar uma ação específica para  
206 aumentar a arrecadação reduzindo a inadimplência. A representante da FIEMG ressaltou que essa é uma  
207 situação desigual e injusta para com os usuários que estão fazendo o dever de casa. E concluiu dizendo que o  
208 CEIVAP deve montar uma estratégia política para resolver essa questão, que depende, acima de tudo, de uma  
209 ação política do Comitê. Depois de todo esse debate, finalmente foi aprovado que a proposta de orçamento para  
210 2007 seja encaminhada para a apreciação do CEIVAP, na forma como foi apresentada pela AGEVAP. A Sra.  
211 Fátima Casarin fez um informe sobre as próximas reuniões de mobilização para a revisão do Plano de Recursos  
212 Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul, agendadas para os dias 5 e 7 de dezembro, em Cataguases (MG) e  
213 Guaratinguetá (SP), respectivamente. Acatando sugestão da Sra. Patrícia Boson e da Sra. Ninon Machado,  
214 decidiu-se propor ao plenário do CEIVAP que encaminhe moções sobre os seguintes temas: 1- Os estados e  
215 municípios que recebem recursos da compensação financeira paga pelo setor elétrico, não têm aplicado esses  
216 recursos em projetos para a recuperação e aumento da disponibilidade hídrica. A proposta é fazer Moção  
217 incitando-os a fazê-lo. 2- Contingenciamento do dinheiro da cobrança pelo uso da água do setor elétrico que,  
218 pela lei, deve ser repassado para a Agência Nacional de Águas. A arrecadação é de R\$ 176 milhões por ano e  
219 estão sendo repassados para a ANA somente R\$ 56 milhões. 3- Os representantes da sociedade civil que  
220 ocupam cargo público em seus municípios ou estados devem ter sua participação em comitês de bacia ou outras  
221 instituições afins, facilitada pelo empregador, considerando que estas instituições de que participam prestam  
222 serviço de utilidade pública, de relevante interesse para a sociedade. 4- Articulação do CEIVAP com o  
223 Programa Nacional de Regionalização do Turismo, para que possa, na medida do possível, ser um interlocutor  
224 importante. Se o Programa prevê a criação de um circuito turístico nacional com certificação internacional, os  
225 comitês de bacia têm que estar nesse contexto. Dentro desse Programa devem estar previstos recursos para obras  
226 de infra-estrutura, como saneamento. Ficou acertado que a AGEVAP deverá redigir as minutas de Moção, as  
227 quais deverão ser colocadas no Fórum de Debate, no site do CEIVAP, para análise dos membros do CEIVAP e  
228 das CTs. Os membros interessados em participar desse debate terão o prazo de uma semana para apresentarem  
229 suas contribuições. Para melhor estudar os diversos assuntos debatidos nessa reunião e preparar  
230 encaminhamentos pertinentes, ficou decidida a criação dos seguintes grupos de trabalho: **GT1 – Manual de**  
231 **Investimentos e de Mecanismos Diferenciados de Cobrança**, formado por Vera Lúcia Teixeira (ong Nosso  
232 Vale!Nossa Vida/RJ); Flávio Teixeira (Faculdade de Engenharia de Lorena/SP); PauloValverde (CESAMA);  
233 Ana Cláudia Zamboti (PM Volta Redonda/RJ); AMPAS/RJ; José Bosco Castro (SABESP/SP); Danilo Henrique  
234 Vergílio (Votorantin/SP); Carlos Eduardo Castro (Águas do Paraíba e Águas do Imperador/RJ); Sérgio Leal  
235 (IGAM/MG); SERLA/RJ; DAEE/SP; ANA. **GT2 - Macrófitas**: SERLA, IGAM, DAEE e convidados dos  
236 órgãos de meio ambiente estaduais; ANA; um representante do setor elétrico de cada um dos estados da bacia;

237 um membro do GT de Macrófitas de São Paulo; um representante de município de cada trecho da bacia:  
238 paulista, fluminense e mineiro; SABESP/SP; CEDAE/RJ; COPASA/MG. **GT3 - Programa Produtor de Água**  
239 **- mecanismos compensatórios:** Ninon Machado (Instituto Ipanema/RJ); Vera Saboya (SEINPE/RJ) - a  
240 formação do GT3 deverá ser completada através de troca de e-mails entre os membros das CTs. **GT4 -**  
241 **Captação de recurso /Aplicação – contrapartida:** (os membros do GT4 são os mesmos do GT1). Quanto ao  
242 último item da pauta da reunião, sobre os critérios para indicação de representantes para participar da Oficina de  
243 Planejamento Estratégico do CEIVAP/AGEVAP, a Sra. Eliane Barbosa recomendou aos membros presentes na  
244 reunião que façam articulação antes da reunião plenária do CEIVAP, para escolha dos membros do Comitê que  
245 participarão da referida Oficina, de forma que os escolhidos sejam aqueles representantes das instituições que  
246 participam efetivamente das reuniões de suas Câmaras Técnicas. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Paulo  
247 Valverde agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 4ª Reunião Extraordinária Conjunta das  
248 Câmaras Técnicas Institucional (CTI), de Planejamento e Investimento (CTPI) e de Educação Ambiental  
249 (CTEA) do CEIVAP, de 2006, tendo a presente Ata sido lavrada por mim, Virgínia Dias Calaes, secretária “ad-  
250 hoc”. Depois de aprovada pelas referidas Câmaras Técnicas, essa Ata será assinada pelo Coordenador da  
251 Câmara Técnica de Planejamento e Investimento, Sr. Paulo Valverde, que a presidiu, e pela coordenadora da  
252 Câmara Técnica de Educação Ambiental, Sra. Fátima Casarin.

253 **Ata aprovada na 3ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, realizada em 30 de**  
254 **maio de 2008, na sede da AGEVAP, em Resende/RJ.**

255

256

257

258 **Paulo Afonso Valverde Júnior**

259 **Coordenador da CT de Planej. e Investimento**

260

261

262 Resende, 22 de novembro de 2006

263

264 **LISTA DOS PRESENTES:**

265

266 CT Planejamento e Investimento: Paulo Eduardo Barcellos (SMA/SP); José Bosco Castro (SABESP/SP); João  
267 Carlos Rodrigues (CIESP/SP); representante de Cândido Menconi (FEMSA/SP); Vera Lúcia Saboya  
268 (SEINPE/RJ); Rynaldo Sérgio representando Luís Felipe César (PM Resende/RJ); Fátima de Lourdes Casarin  
269 (Consórcio BNG2/RJ); Vera Lúcia Teixeira (ong NVNV/RJ); Ana Lúcia Bahia (FEAM/MG); Paulo Valverde  
270 (CESAMA/MG); Maria Aparecida B. Pimentel Vargas (CFLCL/MG) e representando Humberto de Oliveira  
271 (Consórcio do Pomba/MG).

272

273 CT Institucional: Renan Caratti Alves (PM Jacareí/SP); João Carlos Rodrigues (FEMSA/SP); Flávio Teixeira da  
274 Silva (Faculdade de Engenharia de Lorena/SP); André Lermontov representando Carlos Eduardo Tavares de  
275 Castro (Águas do Paraíba/RJ); Ninon Machado representando Ana Maria Brito (Instituto Ipanema/RJ); Sérgio  
276 Leal representando Adriana Araújo Ramos (IGAM/MG); Maria Aparecida Muruci Monteiro representando João  
277 Paulo Goulart de Freitas (DEMSUR/MG); Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (CAT-LEO/MG); Patrícia  
278 Boson (FIEMG/MG).

279

280 CT Educação Ambiental: Danilo Henrique Vergílio (Votorantim/SP); Flávio Teixeira representando Teresa  
281 Cristina Brasil de Paiva (Faculdade de Engenharia de Lorena/SP); Ana Cláudia Zamboti (PM Volta  
282 Redonda/RJ); Ninon Machado representando Gilson Batista (Instituto Ipanema/RJ) e Maria de Lourdes Freitas  
283 (IMAH/RJ); Roberto Lamego (ong Salveaserra/RJ); Fátima Casarin (Consórcio BNG2/RJ); Rosângela Pereira  
284 dos Santos (IGAM/MG).

285

286 Convidados: Cláudia Grabher (AGEVAP – Programa de Conscientização para o Uso Racional da Água na  
287 Bacia do Rio Paraíba do Sul); Eliane Barbosa (AGEVAP).

288

289 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

290

291 Georgina Maria de Faria Mucci (FUNCEC/MG); Andréa Francomano Bevilacqua (AASJC/SP); Marcelo  
292 Roberto Rocha de Carvalho (Furnas/RJ); Adacto Ottoni (CREA/RJ); Maria Luiza Ferreira da Silva  
293 (ASSEMAE/RJ).